A VIOLÊNCIA COMO DEGRADADOR DO ESPAÇO URBANO: UMA DEMANDA PARA A PROMOÇAO DA SAÚDE

Violence as the degrader of urban space: a demand for health promotion

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz
Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP e LABINIR/UNICAMP

Resumo: Nos últimos 20 anos, a violência urbana foi o tema de interesse geral e foco central sobre a qualidade de vida das cidades. As populações passaram a conviver com um medo crescente, juntamente com uma queda na credibilidade das instituições que deveriam garantir a segurança e a justiça ao cidadão. Como conseqüência, as cidades passaram a apresentar na sua estrutura os reflexos desta grande preocupação com a violência, apresentando uma morfologia característica, com espaços altamente segregados, isolados por elementos físicos na esperança de que a violência possa ser mantida fora de suas fronteiras e considere a perspectiva da promoção da saúde.

Palavras-chave: Violência urbana, qualidade de vida, cidades, promoção da saúde

Abstract: Over the past 20 years, urban violence was the topic of central interest and focus on quality of life in cities. The people began to live with a growing fear, along with a decline in the credibility of institutions that should ensure the security and justice to citizens. As a result, cities now present in its structure the reflections of this great concern with violence, with a characteristic morphology, with highly segregated spaces, isolated by physical elements in the hope that violence can be maintained outside their borders and consider the perspective of health promotion.

Key words: Urban violence, quality of life, cities, health promotion.

INTRODUÇÃO

Da aldeia às grandes metrópoles, a saga humana criou ambientes complexos em que as relações sociais, econômicas e culturais da sociedade se rebatem em espaços caracterizados por uma profunda segregação, geradora das formas que condicionam e são condicionadas pelos grupos humanos que neles habitam.

A qualidade de vida que o cidadão persegue, no entanto, depende de inúmeros fatores que começam por um ambiente naturalmente sadio, passando pelo acesso à riqueza gerada pela sociedade e terminam na segurança em viver esse espaço. As cidades modernas têm falhado em suprir todos estes itens à totalidade de seus cidadãos, se apresentando como um ambiente degradado, com a riqueza concentrada nas mãos de poucos e com um alto grau de insegurança pela explosão da violência.

Embora o crescimento da violência seja sentido por toda a população, sua distribuição não ocorre de forma homogênea por todo o tecido urbano, mas possui especificidade, qualitativa e quantitativamente. As regiões periféricas, por exemplo, apresentam maiores índices que apontam para os crimes contra a pessoa, enquanto nas regiões centrais, mais ricas, estão concentrados os crimes contra o patrimônio.

O Ministério da Saúde, através de seu sistema de informações sobre mortalidade, aponta que em 1988 as principais causas de mortalidade no Brasil foram as doenças do sistema circulatório – 27,6% dos óbitos – e as causas externas, com 12,6% dos óbitos nesse ano. Analisando isoladamente, vemos que os homicídios dolosos respondem por 35,7% e os acidentes de transporte a 26,4% dos óbitos considerados como causas externas (IZUMINO; NEME, 2002). Se observarmos o fato de que o Brasil é um dos países que apresenta uma das mais altas taxas de mortes em acidentes de trânsito, teremos noção da gravidade representada pela violência, que apresenta números superiores.

A violência vem crescendo em ritmo considerável em todo o país, principalmente pelo incremento na participação como responsável pelas mortes por causas externas. Em 1980 e 1985, os homicídios correspondiam, respectivamente, a 19,8% e 23% das causas externas de mortalidade. Em

1990, essa taxa subiu para 31,8% e, em 1995, para 32,3% (IZUMINO; NEME, 2002).

Essas taxas, porém devem considerar as diferentes variáveis envolvidas no processo, tais como a região, estado ou o município, e a distribuição de sua população segundo sua faixa etária, sexo e nível socioeconômico, pois assim se pode observar de forma mais consistente a distribuição destes crimes.

Certamente cada região vai apresentar números diferentes, por possuírem especificidades que os tornam únicas. O fenômeno da violência urbana, no entanto, permeia todo o espaço e, apesar de se apresentar de forma diferente, acaba por gerar o mesmo tipo de reação, representado pelo medo, insegurança, gerando a degradação do espaço urbano com uma considerável perda da qualidade de vida para as pessoas que habitam a cidade.

Muitas teorias, no entanto, têm tratado desse assunto. Inúmeros autores – sociólogos, antropólogos, juristas, urbanistas – têm-se dedicado a estabelecer tratados sobre o comportamento humano e seus relacionamentos dentro do convívio social, o que faz existir uma bibliografia extensa e variada sobre o tema. O estudo do impacto que a violência causa também é intenso, por ser este um fato que gera grande *stress* na sociedade. Quem vive nas grandes metrópoles, atualmente, depara-se no dia-a-dia com uma situação aparentemente paradoxal: se por um lado viver em áreas urbanas é ter a garantia de acesso a toda uma estrutura de apoio à vida, por outro lado há a sensação de que as condições geradas nessa estrutura sufocam e oprimem cada cidadão num constante estado de agressão. Vêm à tona discussões sobre *qualidade de vida* nos centros urbanos, e percebe-se que essa qualidade, dependendo dos valores em jogo, é muito relativa.

Em princípio, se o cidadão tem acesso a uma boa educação, a um sistema de saúde eficiente, dispõe de toda uma infra-estrutura de lazer, tem uma fonte de renda estável, pode-se afirmar que tem uma boa *qualidade de vida.* A violência faz com que não se desfrute das qualidades que um grande centro oferece, e os cidadãos vão aos poucos se encastelando em seus refúgios, que os afastam da sociedade e os transformam, por conseguinte, em

portadores de atitudes segregacionistas. A cidade, neste cenário, é impessoal, opressiva, e as relações primárias entre os indivíduos são substituídas por relações secundárias, próprias de um aglomerado social cujos componentes, em elevado número, se associam em virtude de interesses comuns. (Ferrari, 1986).

A violência surge como um fator que empurra cada cidadão para a paranóia da insegurança, em que a preocupação básica é o medo diário de sofrer algum ato de agressão.

Quando analisamos a violência das cidades como uma sóciopatia, o panorama que se apresenta como *Crimes Sociais* é muito amplo. A realidade dos fatos nos leva muito além daquilo que o Direito define como *Crime;* é preciso estender esses limites para que o crime seja visualizado na sua plenitude.

Para MORAIS (1981), existe uma violência especificamente criminosa, juridicamente passível de punição; mas há também outro tipo de violência, que só é crime em "*linguagem figurada".* Essa violência foi assimilada pela nossa rotina diária e incorporada de tal forma que não é visada pelos códigos penais.

Os eufemismos criados pela sociedade, impulsionados pela mídia, tentam amenizar os atos de violência através de termos que abrandam ou aprofundam o sentido do que é aceito ou não, como uma linha que define os limites do suportável e do insuportável.

As cidades, pelas suas peculiaridades, são locais onde as paixões humanas afloram em toda a sua intensidade, gerando disputas e conflitos que vão desembocar no oceano comum da violência. Cada crime, real ou no sentido figurado, constitui, na realidade, um crime contra o direito do homem, e cerceia a sua liberdade de viver dignamente num espaço que, em princípio, é de direito a todos os cidadãos que nele habitam.

A cidade é, pois, o "lugar, por excelência, do homem". É nela que devemos começar a entender de que forma os processos que culminam na violência se formam, se desenvolvem e se reproduzem. "Onde está o homem

está o perigo". Não é fácil entender o comportamento humano. Pior ainda quando se trata de *mau comportamento.* (POSTERLI, 2000)

O que é mais evidente e preocupante, em se tratando da violência inserida na estrutura urbana, é a sua diferenciação entre estado e atos. O estado de violência, conforme define Michaud (1989), pressupõe uma estrutura inserida dentro do contexto social, é uma violência institucionalizada por mecanismos que têm sua origem nas relações de poder que ocorrem no próprio meio social. Temos aí a violência política, a econômica, a administrativa, a social, enfim, todas as formas de ações executadas, a priori, por um estado de direito, imposto pelas classes dominantes.

O ato de violência, no entanto, é a expressão, a materialização do estado de violência, e pode ser anterior a este ou, como conseqüência, posterior. No ambiente das cidades temos essas duas formas caminhando juntas, onde os atos de violência rotineiros banalizam e dão legitimidade ao estado de violência.

Galtung (1981) define essas duas formas como violência direta, ou do comportamento, e violência estrutural. A primeira se reduz, em última instância, ao uso da força física para atingir, ou responder, a ações de outros seres humanos. A violência estrutural, por outro lado, é o resultado de estruturas sociais que afetam os indivíduos indiretamente - a distribuição de renda, a fome, o desemprego, a discriminação racial.

Nesse sentido, a violência direta, que tem como expressão os atos praticados contra indivíduos ou instituições, tem seu fundo no comportamento humano diante de certas situações. Cumpre então questionar: o ambiente urbano, de alguma forma, contribui para que o indivíduo se torne violento ou apenas faz aflorar um estado que já lhe é inato?

Ferraz (1994) define que "O homem se assemelha a certas espécies de animais, quando entra em conflito com os de sua própria espécie; e é, dentre as espécies, a única em que o ato de lutar é destruidor, comete assassinatos em massa e possui desajustados dentro de seu próprio meio". Essa visão de

que o homem é um ser dotado de uma violência letal, é corroborada por Fromm (1979), mas que diferencia esse aspecto inato, colocando-o em um patamar diferente dos outros seres, onde a agressividade é mais um elemento de controle e sobrevivência do que uma violência espúria e gratuita.

É evidente que se o homem vive em um espaço onde se aplicam políticas públicas que não consideram a proteção à vida como eixo central e que não previnam e as situações de risco de violência. A promoção da saúde se refere às ações sobre os condicionantes e determinantes sociais da saúde, dirigidas a impactar favoravelmente a qualidade de vida, segundo Buss, 2003.

Esse trabalho pretende discutir como a violência degrada os espaços urbanos e se transforma em importante parâmetro indicador da qualidade de vida da cidade atual.

COMPORTAMENTO DO HOMEM EM AMBIENTE COM ALTA DENSIDADE

As altas densidades criam comportamentos estranhos a nossa lógica perceptiva. Como entender que indivíduos que habitam num edifício, convivendo tão próximos com muitos outros indivíduos e separados apenas por paredes, possam viver sem tomar conhecimento do vizinho que mora ao lado? Moradores de edifícios densos são conhecidos (quando muito) pelo síndico e pelos porteiros e desenvolvem uma apatia diante das relações de vizinhança e, em muitos casos, tornam-se agressivos e violentos com todos que os cercam.

Para Fromm (1979) “A redução física do espaço retira do animal funções vitais importantes de movimento, de deslocamentos importantes. Daí, com o espaço roubado, pode vir a sentir-se ameaçado por essa redução de suas funções vitais importantes e reagir por meio de agressão”. Podemos, através dessa observação, constatar que as atividades violentas ocorrem de forma rotineira em cidades excessivamente populosas, e que quanto maior a cidade, mais violenta se torna. É como se um mecanismo de agressão, presente em todos os indivíduos, tivesse seu gatilho disparado ao se atingir determinado número de pessoas vivendo num mesmo espaço.

Se nos guiarmos pela mídia, não resta dúvida, as cidades são, por excelência, violentas em sua totalidade. Diariamente somos bombardeados por notícias de toda ordem que exaltam justamente o lado violento das grandes metrópoles. Temos a impressão de que a sociedade urbana é doente, visto que os mesmos sintomas se apresentam em qualquer cidade, independente do país ou continente onde se encontram. Como parâmetro, tirado apenas da observação, podemos constatar que esses fenômenos ocorrem com mais intensidade à medida que as cidades se tornam maiores. Em outras palavras, quanto maior o tamanho da cidade, maior sua taxa de violência.

Castells (1969) dá uma visão da dimensão do estado da agressividade urbana, baseado na alta densidade, partindo de uma interpretação sociológica, mas não perdendo de vista a origem do comportamento instintivo do homem. “A coabitação sem possibilidade de expansão real resulta na selvageria individual (para evitar o controle social) e, conseqüentemente, na agressividade”. (CASTELLS, 1969, p. 103)

Muitos planejadores urbanos partem da constatação de que as aglomerações, uma vez ultrapassadas determinadas taxas, tornam-se um fator de degradação da qualidade de vida do indivíduo que habita esses espaços - no caso as cidades - e desenvolvem um padrão de comportamento que valoriza o individualismo.

Baseados apenas nessa premissa pode-se crer que o simples fato de se ter uma densidade mais elevada seria suficiente para estabelecimento de um estado alterado do comportamento dos indivíduos que fazem parte desse meio. A realidade, no entanto, nos mostra que há algo mais interferindo nesse processo, posto que densidades elevadas levem ao isolamento do indivíduo, mas não necessariamente a estados de agressividade e violência. O estado de violência parece estar mais relacionado à chamada sociedade de massa, como refere Ferraz (1994), em que a densidade é apenas um elemento de um conjunto maior: o aglomerado urbano como um todo. Nesse caso o número absoluto de habitantes de uma cidade é o fator mais expressivo.

Alguns autores defendem que a violência urbana está relacionada,

dentre outras coisas, à enorme desigualdade social presente nas cidades. Essa desigualdade tem sua origem no modelo econômico adotado pela sociedade capitalista, que gera as chamadas classes de excluídos, vivendo à margem do processo produtivo. Como conseqüência, temos uma acentuação da pobreza nas metrópoles, com uma classe cada vez maior de indivíduos que não têm acesso às benesses promovidas pela sociedade urbana.

Segundo Santos (1978, Op. cit, p. 27) “a discussão sobre os fenômenos da pobreza tem sido tão intimamente ligada ao que é chamado de teoria da marginalidade, que os dois termos quase se tornaram sinônimo”. O conceito de marginalidade conferiu às populações marginais das grandes cidades a alcunha de *“população inútil”*, inexistente para a economia, e fonte de todos os problemas inerentes ao inchaço dos centros urbanos. Com efeito, podemos verificar que o termo *marginalidade* permeou de tal forma sua relação com a violência, que o delinqüente social, em seus vários níveis, é definido indistintamente por *marginal.*

A pobreza urbana, em que pese ser uma característica de todas as cidades do mundo, está presente, com maior intensidade, nos países do terceiro mundo e naqueles considerados “em desenvolvimento”. Para Santos (1978) “a idéia do crescimento econômico baseado na modernização tecnológica encontra-se a teoria que atribui o atraso – e, portanto, a pobreza – dos países subdesenvolvidos, à falta de capital doméstico para ser investido na indústria”, o que justifica a entrada do capital nos países subdesenvolvidos, como única forma de compensar essa falta.

Chega-se, nesse ponto, aos problemas que afligem as cidades do terceiro mundo de uma forma devastadora: a pobreza crônica dos centros urbanos e um *estado de violência* a ele atrelado, que vitima o indivíduo, em particular, e a sociedade, como um todo.

ORIGENS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Com origem numa economia agrária, o Brasil teve seu eixo econômico lentamente torcido em direção às grandes metrópoles. O capital agrário, originalmente oriundo dos ciclos econômicos da cana-de-açúcar e, posteriormente, do café, reforçou as estruturas urbanas como porto seguro entre o interior agrário e o exterior, "éden" do consumo, que garantia um mercado certo para a produção agrária brasileira.

Com o fortalecimento da cidade e a mudança do eixo econômico (e do poder do campo) para as metrópoles, começa o ciclo migratório que perdura até nossos dias. Despreparada, sem acesso à educação e conseqüentemente desqualificada, as massas de migrantes engrossam as periferias das grandes cidades e estabelecem uma imensa reserva de mão-de–obra, utilizada pelo processo econômico como um elemento controlador da massa salarial, dando início a um brutal processo de acumulação de capital oriundo do trabalho nas mãos dos capitalistas urbanos. Cria-se um enorme fosso social, com as classes pobres segregadas nas favelas, cortiços e bairros proletários, localizados normalmente nas periferias. Em alguns casos, devido a fatores físicos, essas populações se localizaram próximas às classes mais altas, vivendo num processo de simbiose, como ocorreu no Rio de Janeiro.

Com a massificação das cidades em mega-centros urbanos, essas populações, pressionadas por uma densidade alta e por um total descaso do Estado quanto à assistência a suas necessidades mais básicas, desenvolvem uma dinâmica própria baseada em atividades marginalizadas, e acabam por instalar um processo paralelo de poder que desafia o sistema legal, estabelecendo um estado de violência dominado por quadrilhas organizadas, que têm em atividades como o tráfico de drogas sua principal base. O tráfico canaliza para as favelas e áreas periféricas um grande volume de capital, que é usado para estabelecer o poder paralelo, tão comum nas grandes metrópoles brasileiras.

É certo que não se pode explicar a violência brasileira apenas a partir da realização de uma relação simplista entre periferização, pobreza e tráfico de drogas sem que se estabeleça uma relação entre uma série de fatores que estão interligados à nossa estrutura social, cultural e econômica. Neste

contexto, a violência é aceita como fato normal, institucionalizada como um componente banal do dia-a-dia das grandes cidades. Tanto a violência das instituições contra o cidadão, como aquela perpetrada pelo indivíduo contra seu semelhante, são o retrato cruel de um estado que se tornou rotineiro.

Como conseqüência, temos uma sociedade que se segrega em dois grupos básicos: aqueles que se encastelam em seus condomínios ou fortalezas, e aqueles que convivem passivamente com a violência como um modo de vida. No primeiro caso, não se está imune aos atos de violência, apenas procura-se deixá-los fora das fronteiras da habitação, cercada por muros, grades e todo um aparato eletrônico e pessoal. No segundo caso, se aceita a violência como rotineira e, estando próximo a ela, desenvolvem-se mecanismos de convivência. Temos aí um retrato de como as classes média e média alta encaram a violência, se retraindo cada vez mais numa prisão espontânea, enquanto as classes baixas e os excluídos buscam uma convivência naquilo que se convencionou chamar de cidade ilegal, ou, como queiram, as periferias e aglomerados marginalizados.

A VIOLÊNCIA NO BRASIL EM NÚMEROS

No Brasil, a primeira causa no total de mortes verificadas na faixa etária que vai dos 5 aos 39 anos é de origem violenta. As mortes por homicídio, no entanto, tem aumentado significativamente na faixa etária dos 15 aos 24 anos. A juventude brasileira convive diariamente com um ambiente violento, sendo o que mais chama atenção o fato de nossos indicadores apontarem para uma taxa de mortalidade por homicídio acima daquelas registradas por países, por exemplo, que vivem conflitos abertos (Pochman, 2002).

A tabela 1 traz um breve retrato da realidade de alguns países nos momentos em que os conflitos tiveram forte influencia e cinco momentos no Brasil.

Tabela 1 – Coeficiente de mortalidade por homicídio e participação dos homicídios no total das mortes na faixa etária de 15 a 24 anos em 19 países selecionados, 2002.

País e ano de referência		Coeficiente de mortes por homicídio (por 100 mil habitantes).		Participação dos homicídios no total das mortes (em %)	
		MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Alemanha	(1997)	1.3	0,6	1,60	2.00
Argentina	(1996)	10,7	2,0	6.55	7.36
Armênia	(1997)	2,1	0.6	2,05	2,12
Austrália	(1995)	2.7	2,3	2,15	1.89
Brasil	(1995)	73,5	6.0	35,48	9.45
Brasil	(1996)	75.1	6.5	36,57	10,40
Brasil	(1997)	80,4	6.4	38.52	10.80
Brasil	(1998)	85.0	6.5	40,95	10,82
Brasil	(1999)	86,7	6,5	41.83	11,36
Canadá	(1995)	3,0	1.6	1,54	1.41
Chile	(1995)	6.1	0,8	4,78	3,94
Croácia	(1997)	3,5	0,1	3,21	2,06
Eslovênia	(1997)	1.3	2,1	1.32	7.31
Espanha	(1995)	1,3	0,3	1.48	0.96
EUA	(1997)	27.9	4,7	22,48	10.23
França	(1996)	1,2	0,6	1.35	1,67
Irlanda	(1997)	4,9	0.9	5,36	3.23
Israel	(1996)	1,9	0.6	2.63	2,40
Itália	(1995)	2,6	0.6	2,91	2,32
Japão	(1997)	0,5	0,3	0,88	1,15
México	(1995)	39.7	3.9	21.58	14.65
Rússia	(1997)	30.0	8.6	10,51	9.80
Suécia	(1996)	0.7	0,6	1,52	2.44

Fonte: World Heatth Atatistic Annual, vários anos. (POCHMANN, 2002)

Em todos eles os números de mortes causados por homicídios são bem

mais elevados no Brasil, vitimando principalmente a população masculina na faixa etária de 15 a 24 anos. De 1995 a 1999 o indicador passou de 73,5 a 86,7 mortes por 100 mil habitantes para a população masculina, e de 6 para 6,5 mortes por 100 mil habitantes para a população feminina. Dos países que possuem indicadores altos, o México surge em segundo lugar, ostentando uma taxa que representa quase a metade da taxa brasileira.

As mortes violentas por causas externas (acidente de trânsito, suicídio, homicídio, entre outras) entre jovens, especificamente nas décadas de 80 e 90, conforme apontado pelos órgãos responsáveis pelas estatísticas e literatura especializada, tiveram um aumento significativo justamente na faixa etária de 15 a 24 anos, um momento de vital importância na vida de qualquer jovem, por representar o período em que está concentrado seu processo de formação.

Quando analisadas separadamente, as regiões brasileiras também apresentam um aumento progressivo nas mortes por homicídio entre a população jovem, principalmente na região sudeste, onde estão localizadas as duas maiores cidades brasileiras do Rio de Janeiro e São Paulo. O índice de morte por 100 mil/hab nesta região saltou de 24,6 em 1980 para 74,2 em 1999, ou seja, um aumento médio de 2,48 mortes por 100 mil/hab por ano (Gráfico 1).

Em relação aos estados, a situação demonstra um aumento do índice de mortalidade nas regiões metropolitanas com áreas densamente povoadas. Em 1999, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou maior coeficiente de mortalidade por homicídio entre jovens, seguido pelos Estados de Pernambuco e Espírito Santo. Nesse período o estado do Maranhão foi o que registrou o menor coeficiente de homicídio entre jovens, seguido por Piauí e Santa Catarina.

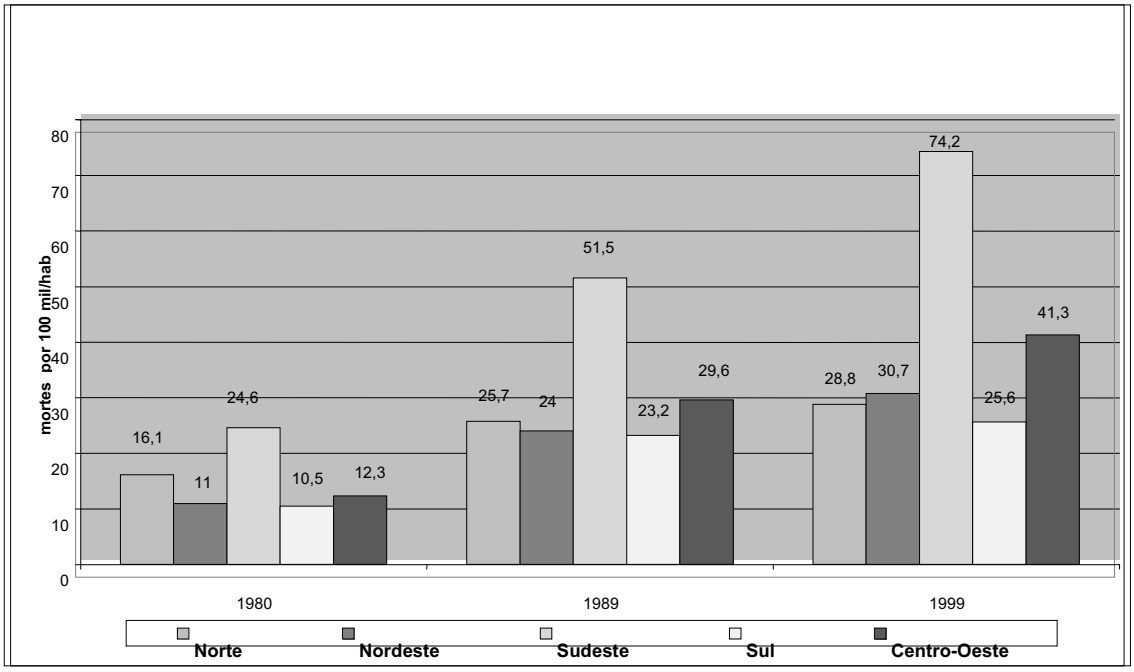


Gráfico 1 - Brasil - Evolução do coeficiente de mortalidade por homicídio por 100 mil habitantes na faixa etária de 25 a 24 anos por grandes regiões, 1999.

Em 1989, São Paulo e Rio de Janeiro foram os que apresentaram os maiores coeficientes de mortalidade juvenil por causa de homicídio. No mesmo ano, os Estados de Tocantins, Piauí e Santa Catarina foram os que registraram os menores coeficientes de mortalidade juvenil associado ao homicídio.

Como a violência, representada nos seus vários aspectos, está presente em todas as cidades do Brasil – e também do mundo – um estudo que vise estabelecer relações entre a violência e um determinado espaço geográfico – cidade, estado ou região – pode trabalhar com uma unidade que represente a realidade do todo. Para tanto, este trabalho restringirá seu campo de estudo à cidade de Campinas, no estado de São Paulo, como área urbana modelo.

A VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

O município de Campinas se caracteriza como um pólo aglutinador de várias cidades que se localizam ao seu redor, e não só da Região

metropolitana.

A história da cidade está ligada ao desenvolvimento de toda a região interiorana do Estado de São Paulo. Pela sua característica de centro industrial e prestador de serviços, apresenta uma diferenciação em relação às demais cidades, caracterizando-se como centro de atração de fluxos migratórios. Como polarizadora da região, apresenta todos os componentes típicos dos centros urbanos, desde a imensa potencialidade em oferecer uma infra-estrutura adequada ao processo produtivo até os conflitos originários da desigualdade que esse mesmo processo causa. Dentre os problemas apresentados destaca-se a escalada da violência urbana como geradora de um estado de insegurança.

Em Campinas a violência urbana vem se constituindo, nas duas últimas décadas, em um importante balizador da qualidade de vida de seus habitantes. A sensação de insegurança por que passa o habitante de Campinas encontra uma justificativa nos números.

A relação entre a evolução da violência e a população atingida por ela fica mais discrepante se for considerado que, na última década, o índice de crescimento da população foi de 1,5% — abaixo da média verificada no Estado (1,8%) e em outros municípios do interior paulista (1,9%).

De janeiro a julho de 2001, num total de 212 dias, foram roubados ou furtados 4837 veículos na cidade. Ou seja, a cada 1 hora e 3 minutos, um veículo era levado por ladrões. Nesses sete meses, 296 pessoas foram assassinadas. O que significa que, a cada 17 horas e 11 minutos, uma pessoa era morta na cidade. Do total de assassinados, 15 constituiriam-se de latrocínios (roubos seguidos de mortes).

O número de “seqüestros relâmpagos”, como são chamados os casos em que as pessoas são levadas até caixas eletrônicos para sacar dinheiro e entregar a ladrões, também revela a situação crítica da cidade. No mesmo período de 2001 foram 35. Os seqüestros com pedido de resgate, de janeiro a julho de 2001, somaram 12. Em todo o ano de 2000, foram 21 casos.

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, em 2000 Campinas apresentou 82.478 ocorrências policiais, sendo que destas, 14.458 foram crimes contra a pessoa.

Tabela 2 - Evolução do Número de Ocorrências Criminais Contra a Pessoa no município de Campinas: 1997/2000.

Evolução do Número de Ocorrências Criminais Contra a Pessoa: 1997/2000									
Denominação da Ocorrência	**1997**		**1998**		**1999**		**2000**		**TGCA (%) 1997/ 2000**
	Nº Abs	**%**	**Nº Abs**	**%**	**Nº Abs**	**%**	**Nº Abs**	**%**	
Homicídios/Tentativas	947	7,0	853	6,0	913	6,5	892	6,2	-1,97
Lesões Corporais	7.728	57,5	8.150	57,1	7.753	55,3	7.781	53,8	0,23
Outros	4.762	35,4	5.274	36,9	5.350	38,1	5.785	40,0	6,7
Total	13.437	100,0	14.277	100,0	14.026	100,0	14.458	100,0	2,47

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Fundação Seade. Elaboração: Emplasa, 2002.

No período de 1997 a 2000, houve um acréscimo de 2,47% nas oCorrências de crimes contra a pessoa. O que fica evidente não é o fato do incremento ter sido pequeno, mas a grandeza dos números totais, que têm se mantido altos no período.

Essa tendência de crescimento ocorre em todas as modalidades de crimes, ficando evidente, porém, o acentuado número de ocorrências de crimes contra o patrimônio que apresentou, isoladamente, o maior incremento, passando de 31.590 ocorrências em 1997 para 44.792 ocorrências em 2000 (Tab. 2).

Tabela 3 - Evolução do Número de Ocorrências Policiais, segundo a Natureza do Crime, Contravenções Penais e Policiais Não-Criminais em Campinas: 1997/2000.

Evolução do Número de Ocorrências Policiais, segundo a Natureza do Crime, Contravenções Penais e Policiais Não-Criminais: 1997/2000					
Denominação da Ocorrência	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**TGCA (%) 1997/2000**
Crimes Contra a Pessoa	13.437	14.227	14.026	14.458	2,47
Crimes Contra o Patrimônio	31.590	34.716	39.110	44.792	12,34
Crimes Contra os Costumes	453	887	499	462	0,66
Crimes Contra a Incolumidade Pública	749	916	950	892	6,00
Outros Crimes	1.379	1.571	1.914	1.975	12,72
Total	**47.608**	**52.367**	**56.499**	**62.579**	**9,54**
Contravenções Penais	2.303	2.153	2.438	2.202	-1,48
Ocorrências Policiais Não-Criminais	11.769	14.474	22.186	23.920	26,67

Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Fundação Seade. Elaboração: Emplasa, 2002.

Os crimes contra o patrimônio crescem alavancados, principalmente, pelo roubo e furto de veículos, que aparecem nas estatísticas com uma participação elevada. A violência representada pelos crimes contra o patrimônio cresce nas grandes cidades na medida em que cresce o tráfico de drogas, pois acabam servindo como uma forma fácil de ter acesso a recursos para o financiamento do tráfico, seja em grande escala, servindo para que os traficantes se abasteçam no exterior, seja a varejo, servindo ao indivíduo que busca recursos para a compra diária de sua cota de drogas. Nesse mercado, o automóvel é moeda corrente, e forma um sistema organizado paralelo com tanta importância quanto o próprio tráfico.

Os elevados índices de violência apresentados no município de Campinas têm colaborado para a perda da qualidade de vida percebida pela população. Não existe mais a sensação de segurança por parte do cidadão, seja o habitante do centro urbano, organizado e dotado de toda a infra-estrutura, seja aquele que habita a periferia, composta principalmente por

loteamentos clandestinos, invasões ou ocupações urbanas sem nenhum planejamento.

A morfologia urbana da cidade moderna capitalista, derivada do processo econômico que expulsa as populações mais carentes para áreas periféricas, está presente em Campinas através de um intenso processo de ocupação das periferias, formando densos bairros carentes de infra-estrutura e de assistência do estado nas suas necessidades mais básicas. Os crimes, por conseguinte, assumem características próprias conforme a realidade urbana dessas áreas em contraste com as áreas centrais, dotadas de infra-estrutura e todo o tipo de serviços. Os crimes contra a pessoa, por exemplo, tendem a ocorrer com maior freqüência nas áreas periféricas, enquanto os crimes contra o patrimônio têm sua ocorrência aumentada nas áreas centrais, onde a riqueza está concentrada.

Esses dados, perceptíveis por aqueles que habitam e vivem na cidade, estão relacionados com a estratificação urbana, imposta por um processo que segrega as populações segundo sua capacidade econômica e as isola em territórios que apresentam uma certa homogeneidade. Como conseqüência, o crime absorve essas características e desenvolve uma especialização e acaba por se adequar a cada território.

A ESPACIALIZAÇÃO DOS ATOS CRIMINOSOS SEGUNDO SUA NATUREZA

Espacialização, segundo o dicionário Aurélio, significa “Disposição no espaço de elementos sonoros, visuais, táteis, etc., com o fim de obter certos efeitos estéticos ou de percepção”. Geograficamente é sintetizar e dispor no espaço um conjunto de elementos como objetos possuidores de grandeza e localização. Os atos criminosos, como uma das conseqüências das atividades humanas no espaço geográfico, são classificados segundo sua natureza e agrupados em classes com características próprias. Cada classe é representada como um agrupamento que tem expressão territorial, possuindo

extensão e localização. Espacializar a violência urbana, portanto, é localizar os atos criminosos, agrupados em classes, através de tratamentos que representam fisicamente sua ocorrência no território e proceder a análises de como os mesmos se comportam territorialmente, fazendo-se uso do geoprocessamento, cuja função é estabelecer as relações entre as ocorrências criminosas através de uma visão geográfica em que as relações espaciais entre as ocorrências são estabelecidas através de seus atributos de localização, extensão e natureza. Em outras palavras, saber onde ocorre o fenômeno, qual sua extensão e de que forma o mesmo esta relacionado com outros fenômenos.

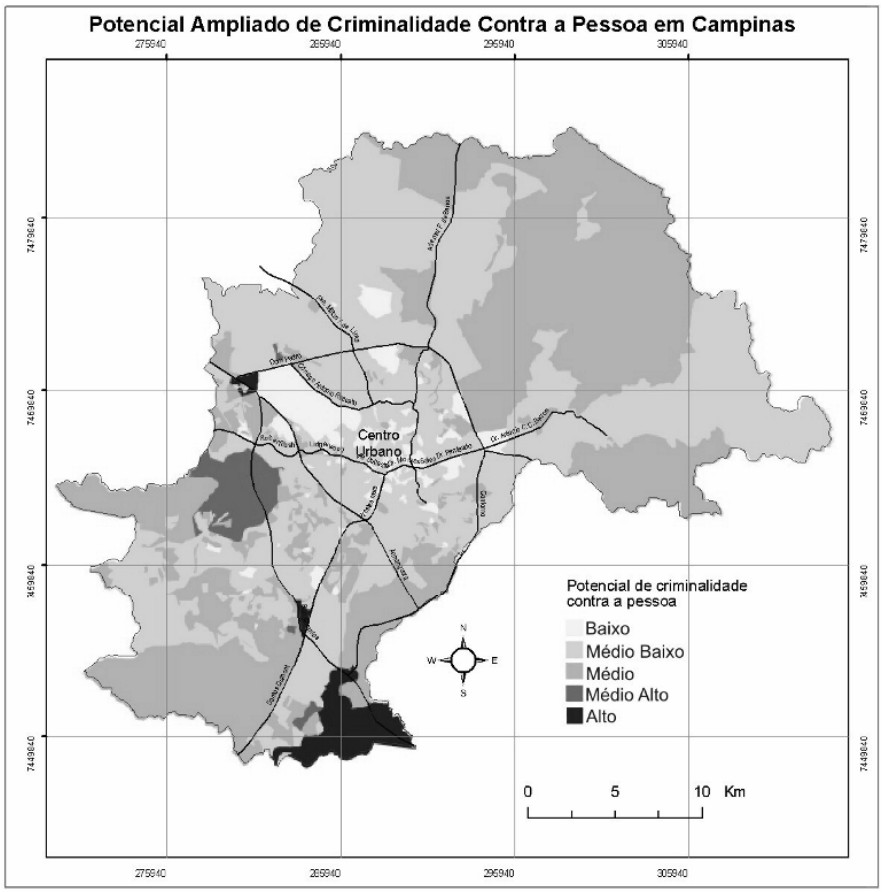
Os dados que compõem a base de estudos foram obtidos de duas fontes primárias: a base do censo demográfico do IBGE para o ano de 2000, composto por quatro níveis de variáveis, agregados por setores censitários e o banco de dados sobre ocorrências policiais do ano de 2001, fornecido pela Delegacia Seccional da Polícia Civil de Campinas.

Através da análise das ocorrências de crimes na cidade no ano de 2001, confrontados com fatores tais como presença de infra-estrutura, nível educacional e renda das pessoas, foi obtido um mapa que define o potencial de crimes contra a pessoa em Campinas, e sinaliza as possibilidades de ocorrência futura de crimes contra a pessoa, desde que haja a conjunção de determinados fatores verificados em uma área alvo. Este fato pode ser verificado através do processo de assinatura ambiental, conforme definido por XAVIER DA SILVA, 2001.

Neste processo, uma vez definida a ocorrência de interesse, que pode ser um determinado crime ou uma classe de ocorrências de crimes, este se torna o equivalente a uma “verdade terrestre”, e a base de dados pode ser consultada sobre todas as características constantes nos outros níveis que fazem parte da mesma porção territorial analisada, possibilitando, como isso, que se façam inferências entre ações criminosas (alvo) e a realidade ambiental analisada.

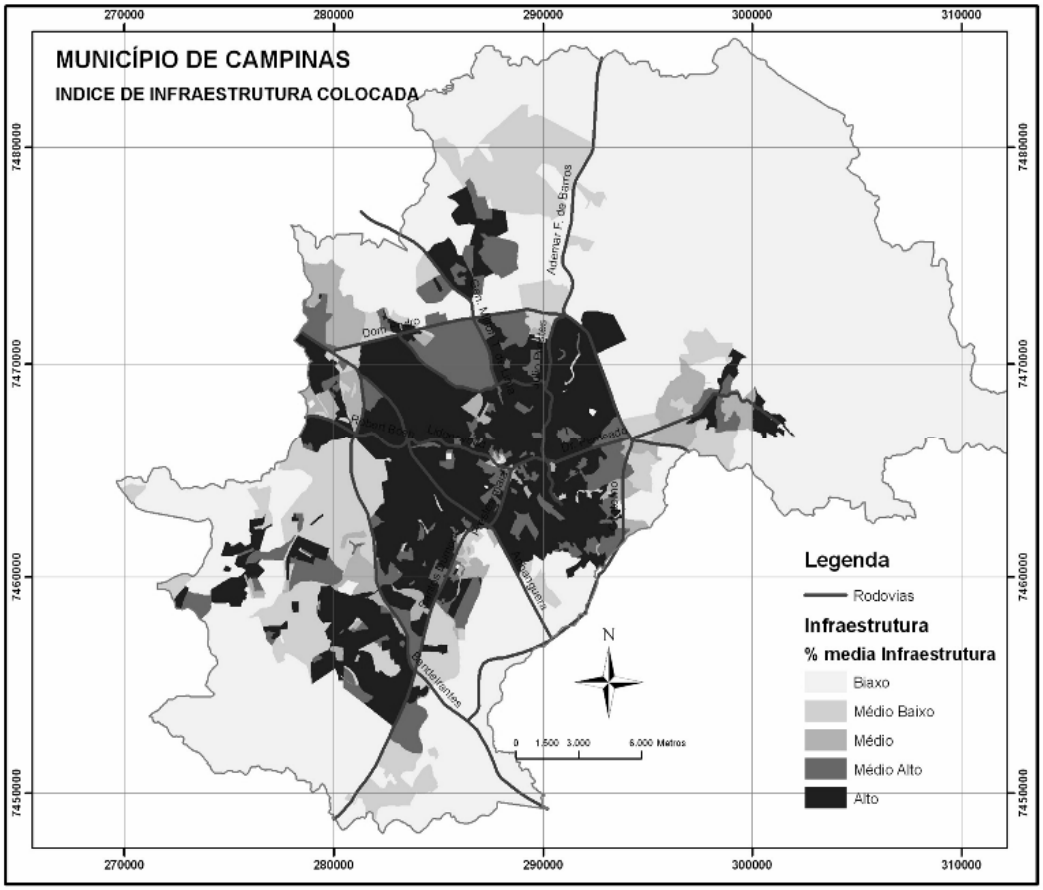
A assinatura se torna, assim, um poderoso instrumento de análise, na medida em que estabelece um amplo espaço onde variáveis ambientais, aparentemente sem nenhuma conexão entre si num primeiro momento, venham constituir elos de uma cadeia explicativa de um fenômeno ambiental.

O mapa 1 mostra um modelo que estabelece um mapa de potencial para crimes contra a pessoa em Campinas observando os aspectos renda, educação e infra-estrutura. A condição indutora da criminalidade, segundo preconiza a mídia, aponta para as áreas periféricas. Diariamente somos bombardeados com informações que nos dão conta de que os crimes ocorrem de forma rotineira nas áreas mais pobres das cidades. No entanto, as assinaturas mostram que a pobreza, isoladamente, não se caracteriza como um elemento indutor da violência e da criminalidade, mas os fatores que agem em conjunto com o estado de pobreza, sim. Dentre estes, o nível temático que mais apresentou correlação com a ocorrência de crimes contra a pessoa foi a baixa escolaridade, notadamente nas áreas com presença elevada de pessoas analfabetas ou com curso primário responsáveis pelos domicílios.



Mapa 1 – Potencial de criminalidade contra a pessoa em Campinas. (elaborado pelo autor através do Sistema SAGA/UFRJ)

Um dos parâmetros mais usado como indicador da degradação urbana é a deficiência de infra-estrutura, que caracteriza espaços urbanos oriundos de invasões, loteamentos ilegais e favelas. Estes locais nascem, normalmente, a margem das normas urbanas impostas pelo estado, seja por um processo de especulação que tem como objetivo apenas auferir lucros com parcelamento de terras periféricas, seja por invasões rápidas de áreas abandonadas ou a espera de valorização. Nestes locais, falta de infra-estrutura quase sempre é sinônimo de pobreza e abandono do estado.



Mapa 2 – Índice de infraestrutura urbana em Campinas (fonte: Censo 2000, IBGE).

Quando a falta de infra-estrutura é detectada em áreas de pouca extensão, dentro ou próximas dos setores urbanos e, acima de tudo, com alta densidade, a possibilidade de ai estar ocorrendo um processo favelização, ou degradação urbana, é alto. Nestes casos, é certo que a qualidade de vida proporcionada por estas estruturas urbanas estão abaixo do mínimo aceitável. Por outro lado, áreas urbanas dotadas de toda a infraestrutura oferecem melhores condições para que se obtenha uma melhor qualidade vida. O mapa 2 mostra esta realidade através da configuração urbana da cidade Campinas com a distribuição da infraestrutura colocada, caracterizando espaços urbanos relativamente bem servidos de abastecimento de água, coleta de esgoto e de lixo, além de uma boa rede viária e equipamentos urbanos.

Pode ser verificado que, independente de um espaço dotado de todos os atributos que propiciam uma boa qualidade de vida urbana, a violência esta

difusa de forma quase homogênea em todo o seu território, comprometendo e degradando a “saúde” do espaço urbano através de uma sensação cada vez maior de insegurança, indicando a necessidade de aplicação de políticas públicas integradas voltadas para promoção da saúde no qual são consideras importantes a atuação de diferentes setores.

CONCLUSÃO

A violência urbana constitui, hoje, um dos parâmetros mais significativos para o sentido de “qualidade de vida” nas cidades. Afeta a todos e possui inúmeras características que a tornam complexa para aqueles que procuram entender os intrincados mecanismos responsáveis pelo seu surgimento, evolução e transformação de áreas inteiras urbanas em guetos que acabam por aprisionar a todos, inclusive aqueles que se consideram seguros. As cidades modernas têm sofrido sua influência em todos os níveis, mas é no desenho urbano que é possível sentir de forma mais ampla este interferência. Condomínios surgem em todos os cantos como ilhas seguras; casas e edifícios ostentam cada vez mais uma parafernália voltada para a segurança, desde grades, cães ferozes até sistemas eletrônicos que tentam estender os sentidos daqueles que se encontram presos, encurralados em suas pseudo-fortalezas urbanas.

Por conta desta realidade, é importante que urbanistas e gestores das cidades pautem e reconheçam em suas agendas as políticas públicas saudáveis com enfoque em promoção da saúde. Os mesmos devem considerar que novos parâmetros devem ser agregados aos já tradicionais na qualificação da qualidade do espaço urbano, e a violência é, sem dúvida, um dos mais importantes, pois a sua presença é um forte degradador da qualidade de vida, mesmo quando outros indicadores apontem o contrário.

REFERÊNCIAS

BUSS, P. A vigilância da saúde para a promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. Promoção da Saúde Conceitos, Reflexões, Tendências**.** Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 148–158.

CASTELLS, M. Théorie et idéologie em sociologie urbaine" Sociologie et Societés, t. 1, nº 2, 1969.

FERRARI, C. Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo. Ed. Livraria Pioneira, 5ª Edição, São Paulo, SP, 1986. 631p.

FERRAZ, H., A violência Urbana. Ed. João Scortech, São Paulo, 1994, 115 p.

FROMM, E. Anatomia da destrutividade humana. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 1979.

GALTUNG, J. Violence and its Causes. Paris, Unesco, 1981

MICHAUD, Y. A Violencia, Ed. Ática, série Fundamentos, São Paulo, 1989. p. 11

MORAIS, R. *O Que é Violência Urbana* Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981, 111 p.

POSTERLI, R. Violência Urbana: abordagem multifatorial da criminogênese. Ed. Inédita, Belo Horizonte, 2000, 106 p.

SANTOS, M. Pobreza Urbana. Hucitec/ufpe/cnpu. São Paulo, SP, 1978. 119 p.

XAVER-da-SILVA, J. Geoprocessamento para análise ambiental. Ed. do autor. Rio de Janeiro, 2001, 227 p.

IZUMINO, W. P., NEME, C. *Violência urbana e graves violações de direitos humanos* In: *Ciência e Cultura.* Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ano 54, nº1, jul./ago/set. de 2002, pp.47-49.

POCHMANN, M. Violência e Emigração Internacional na Juventude. Revista ciência e Cultura – revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ano 54, número 1. p. 39. São Paulo.